



BANANEIRAS
GOVERNO MUNICIPAL

ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE BANANEIRAS
ASSESSORIA JURÍDICA

Origem: Medida Provisória nº 04/2020

Assunto: PARECER JURIDICO EM MEDIDA PROVISÓRIA Nº 04, DE 15 DE MAIO DE 2020, QUE FIXA O PISO SALARIAL DE PSICÓLOGOS E ASSISTENTES SOCIAIS DO MUNICÍPIO DE BANANEIRAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

P A R E C E R

RELATÓRIO

A Presidência da Câmara de Vereadores, na forma regimental, solicita-nos parecer acerca da constitucionalidade da Medida Provisória nº 04 de 15 de maio de 2020, que fixa o piso salarial de psicólogos e assistentes sociais do município de bananeiras e dá outras providências.

A medida Provisória fixa em 30 (trinta) horas semanais a carga horária de psicólogos e assistentes sociais que atuam em diversos setores de trabalho, além da carga horária proposta pelo Art. 1º do projeto, se vincula ao piso salarial da categoria de psicólogos e assistentes sociais que passará a vigorar no valor de R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais), e dá outras providências.

É o sucinto relatório. Passamos a opinar.

ANÁLISE JURIDICA

A medida provisória é editada pelo Chefe do Poder Executivo, sendo posteriormente submetida à apreciação do Poder Legislativo, em casos de extrema relevância e urgência, como ocorreu no caso em análise.

Importante frisar que referida espécie normativa, está de acordo com o previsto na Carta Magna Federal, mais precisamente em seu art. 62º e, pelo Princípio da Simetria é perfeitamente aplicável aos Municípios.

A Constituição Estadual da Paraíba prevê, em seu art.63, § 3º a espécie normativa em comento, o que também autoriza a utilização em âmbito municipal, senão vejamos:

Art. 63. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 3º Em caso de relevância e urgência, o Governador do Estado poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato à Assembleia Legislativa, que, estando em recesso, será convocada extraordinariamente para se reunir no prazo de cinco dias.

Nesse diapasão, podemos afirmar que a Medida provisória encontra-se regular e detém toda a documentação necessária exigida pelo Regimento Interno da Câmara de Vereadores de Bananeiras-PB.

A Medida provisória versa sobre matéria de competência Privativa do Prefeito Municipal, encontrando amparo no artigo 29 da Lei Orgânica Municipal:

Art. 29º. Compete privativamente ao Prefeito Municipal a iniciativa das leis que versem sobre:

- I- Regime jurídico dos servidores;
- II- Criação de cargos, empregos e funções na administração direta e autárquica do Município, ou aumento de sua remuneração;
- III- Orçamento anual, diretrizes orçamentarias e plano plurianual;

IV- Criação, estruturação e atribuições dos órgãos da Administração do Município.

Destarte, sob o ponto de vista constitucional, não há óbice para que referida Medida Provisória, tramite nesta Casa Legislativa.

Feitas estas considerações sobre a competência e iniciativa, a Procuradoria Jurídica OPINA, pela regularidade formal da Medida, pois se encontra juridicamente apta para tramitação nesta Casa de Leis.

No que tange ao mérito, a Procuradoria Jurídica não irá se pronunciar, pois caberá tão somente aos vereadores no uso da função legislativa, verificar a viabilidade ou não da aprovação, respeitando-se para tanto, as formalidades legais e regimentais, além da conveniência administrativa.

Bananeiras - PB, 20 de Junho de 2020.

DANIELLY SONALLY DE BRITO

Assessoria Jurídica

OAB-PB 16.509